

RELAÇÕES HISTÓRICAS DE DEFICIÊNCIA E COMPETÊNCIA NO PROCESSAMENTO DA LEITURA

Jamila Cristian Abreu **FERNANDES**¹ (UFCG)
Maria Josany da Costa **SILVA**² (UFCG)
Maria do Socorro de Abreu **MOREIRA**³ (UFCG)

Introdução

Este trabalho objetiva discutir as relações históricas de deficiência e competência dos educandos de camadas populares (desfavorecidos) no processamento da leitura em turma do PROVEST- Curso de Preparação Pré - Vestibular Solidário, na UFCG, especificamente no Campus de Cajazeiras.

Nosso objetivo ao trabalhar as relações históricas de deficiência e competência no que se refere ao processo da leitura dos alunos menos favorecidos é mostrar a importância da linguagem enquanto mecanismo de comunicação para transmissão de conhecimento. São feitos alguns questionamentos voltados para possíveis problemas e causas relacionadas à condição de inferioridade de conhecimento enciclopédico dos educandos. De igual modo, é de nosso interesse apontar algumas de suas dificuldades em lidar com conteúdos de leitura e gramática de forma contextualizada.

Em seguida, para a construção do texto buscamos ancorar as reflexões no que fala Soares (2000) sobre a educação formal ser ou não privilégio de todos. Para tanto, a relação entre linguagem e cultura é o elemento norteador segundo o qual a nossa abordagem busca admitir como ideológica a utilização da linguagem em contextos de ajuda a grupos ditos deficientes.

Sentimos a necessidade de tecer algumas considerações a respeito da formação profissional do corpo docente do PROVEST, as condições da escola enquanto espaço social democrático, a educação compensatória destinada aos alunos do PROVEST, isto é, que não conseguiram atingir os padrões de acesso na sociedade, bem como, a importância da leitura e a escrita para a formação dos educandos de um modo geral, são os elementos dos quais nos ocuparemos neste trabalho.

¹ Aluna do Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Federal de Campina Grande/CFP.

² Aluna do Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Federal de Campina Grande/CFP.

³ Aluna do Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Federal de Campina Grande/CFP.

Relação da linguagem e cultura letrada na/para a sociedade

Pensar na leitura como um processo de aquisição de conhecimento implica, sem dúvidas, reconhecer a linguagem como um instrumento eficaz de comunicação entre os falantes, dessa forma, a linguagem, é, portanto responsável pela identificação de um povo, haja vista, ser através desta que se pode perceber as diferenças dialetais determinadas pela classe social do falante. Segundo Dubois (2006, p.387) “a linguagem é a capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais”, implicando relações múltiplas entre o sujeito e a linguagem e entre linguagem e sociedade.

Com isso, torna-se indispensável apresentar as relações entre a linguagem e a cultura para a sociedade, apontando tal relação com uma grande contribuição para a fundamentação da prática de ensino competente na educação para as camadas populares. Pensando nessa relação da linguagem e cultura, cabe destacar que as relações entre sujeito/linguagem e linguagem/sociedade constituem a questão fundamental tanto na ideologia da deficiência cultural (que defende a idéia de que as diferenças sociais são responsáveis pelo fracasso dos alunos) quanto na ideologia das diferenças culturais (que nega a existência de cultura em determinado grupo na sociedade). Entretanto, as explicações do fracasso escolar estão relacionadas a essas ideologias, uma vez que a linguagem é vista como um fator de fundamental importância no contexto sócio-histórico-cultural, pois é de algum modo identificado, e, é a linguagem ao mesmo tempo, o principal produto de cultura e um eficiente meio e/ou instrumento de comunicação para a transmissão de conhecimento, ideologias e saberes. (Cf. SOARES, 2000)

Mediante as ideologias relacionadas ao papel da linguagem fica evidenciado que quando entendida de forma errônea, ela pode se tornar um fator responsável pelo fracasso escolar das camadas populares, haja vista ser o uso da língua o fator que evidencia com mais clareza as diferenças entre os diversos grupos sociais, o que gera, conseqüentemente, discriminações e fracassos. Essa constatação é fruto do uso da língua pelos alunos provenientes das camadas populares, de diversos dialetos, variedades lingüísticas sociais que são desprestigiadas e que provoca preconceitos lingüísticos, fazendo com que os educandos tenham bastantes dificuldades para a aprendizagem.

Educação formal para todos?

Numa tentativa de refletir melhor a questão da educação formal para todos torna-se necessário tecer algumas considerações a respeito da educação ser ou não prioridade de todos, e, se na realidade a escola está realmente formando indivíduos preparados para o mercado de trabalho e para a vida, apontando assim os possíveis problemas e/ou causas de fracasso escolar no que se refere a aprendizagem dos alunos desprestigiados. Neste caso, limitados aos alunos do Programa Pré-Vestibular Solidário (PROVEST) já referendado anteriormente.

Partindo do pressuposto de que as camadas populares constituem a grande maioria da população brasileira fica dessa forma explícita a idéia de que a escola brasileira é, na verdade, uma escola para o povo e neste caso o vestibular solidário se enquadra na mesma condição de outros programas institucionais historicamente constituídos. Entretanto, como afirma Soares (2000, p.05):

“[...] essa escola para o povo é, ainda, extremamente insatisfatória, do ponto de vista quantitativo e, sobretudo, qualitativo. Não só estamos longe de ter escola para todos, como também a escola que temos é antes contra o povo que para o povo: o fracasso escolar dos alunos pertencentes às camadas populares, comprovado pelos altos índices de repetência e evasão, mostra que, se vem ocorrendo uma progressiva democratização do acesso à escola, não tem igualmente ocorrido a democratização da escola. Nossa escola tem-se mostrado incompetente para a educação das camadas populares, e essa incompetência, gerando o fracasso escolar, tem tido o grave efeito não só de acentuar as desigualdades sociais, mas, sobretudo, de legitimá-los”.

Com isso, percebe-se que essa incompetência está relacionada ao problema de linguagem que é um recurso de fundamental importância para se trabalhar a serviço tanto das classes privilegiadas quanto das camadas populares desprestigiadas. Fica evidenciado que a escola deixa muito a desejar enquanto instituição democrática, haja vista, o que vivenciamos serem as altas taxas de repetência e evasão escolar dos alunos das camadas populares. Condição evidente nas atividades propostas aos freqüentadores do PROVEST quando não atendiam aos objetivos traçados nas atividades de verificação de conhecimento, certamente, admitidas como deficiências históricas por falta de competência leitor e escritora no ambiente social.

Após essas considerações em torno das causas relacionadas ao fracasso e/ou as deficiências dos alunos menos prestigiados Soares acredita que:

“[...] não seria a escola a responsável pelo fracasso do aluno; a causa estaria na ausência, nesta, de condições básicas para a aprendizagem. [...] A função da escola, seria, pois, a de adaptar, ajustar os alunos à sociedade, segundo suas aptidões e características individuais (SOARES, 2000, p. 10-11).”

Nessas condições, percebe-se que a responsabilidade pelo fracasso escolar dos alunos provenientes das camadas populares cabe às condições da escola, uma vez que a escola parece, à princípio, não conseguir trabalhar com as diferenças, a diversidade cultural, caminhando assim para a discriminação e transformando conseqüentemente diferença em deficiência.

Mediante essas considerações, cabe ressaltar a questão relacionada ao distanciamento “entre a linguagem dos indivíduos pertencentes aos grupos sociais e economicamente privilegiados e a dos indivíduos pertencentes às camadas populares” (SOARES, op. cit., p.68).

Nessa perspectiva, para que a educação cumpra seu papel diante da classe desprestigiada, é necessário que a escola leve em consideração fatores extremamente relevantes, relacionados à própria realidade dos sujeitos, do contrário, como comenta Martins,

“[...] muito pouco tem a ensinar a escola pública brasileira atual aos cidadãos das camadas populares nas exigências lingüísticas mais imediatas, no contexto particular, na intimidade de suas relações mais próximas [...]” (MARTINS, 2001, p. 09).

Com isso, se a escola abandonar suas práticas metodológicas relacionadas à padronização e o estereótipo cumprindo seu verdadeiro papel de mediador para o crescimento e o desenvolvimento da aprendizagem, conseqüentemente, a escola, provavelmente, aproximará dos padrões desejáveis no tocante a formação profissional e pessoal de cada cidadão.

Condições da escola X formação profissional

A princípio, discutir algumas causas e/ou problemas no que se refere ao fracasso escolar nas classes menos favorecidas, sem, contudo apontar culpados e/ou responsáveis pela situação em que se encontra o ensino atualmente no Brasil, é um dos nossos intentos sem, contudo, perder de vista a referência maior que é a nossa reflexão em torno das relações históricas de deficiência e competência no processamento da leitura, no caso dos alunos PROVEST.

No tocante as condições das escolas, vê-se um espaço que apresenta desconforto relacionado ao número excessivo de alunos, problemas que afetam no desenvolvimento e na aprendizagem dos educandos. Um outro ponto que chama a atenção é a formação profissional frente à realidade que é a grande diversidade existente nas escolas brasileiras. Cabe acrescentar ainda que, devido a tantas lacunas deixadas desde a alfabetização as escolas acabam formando indivíduos incapazes de dominar habilidades de leitura e escrita para a vida profissional.

O PROVEST se instaura como mais uma tentativa de minimizar problemas de competência escritora e leitora de alunos desfavorecidos, especialmente como meio de permitir a esses alunos uma possível melhoria das condições de efetivação participativa no concurso vestibular, já que os mesmos demonstram falta de condições econômicas para freqüentarem um cursinho pré-vestibular como formalmente instituído socialmente.

Mediante tal consideração, é fundamental destacar que os educadores, por sua vez, apresentam uma situação bastante crítica em relação ao exercício de educar. Os professores estão, segundo Back:

[...] sobrecarregados de aulas – em três períodos, em diversos estabelecimentos – mal remunerados, não têm tempo de continuar estudando, aperfeiçoando-se para preparar as lições, para supervisionar e corrigir as tarefas e os trabalhos dos alunos.[...] Os professores não compram livros, pois também não tem tempo pra ler (BACK, 1987, p. 13-14).

Com isso, torna-se bastante difícil solucionar e/ou amenizar a situação da busca constante por uma educação de qualidade justa e democrática, haja vista, é necessário se (pensar) o ensino de forma generalizada incluindo tanto os alunos pertencentes a classe dos prestigiados como os da classe dos menos prestigiados para que estes não se sintam em condições de afastamento das práticas sociais.

Vestibular solidário em função da realidade compensatória

O surgimento dos programas de “educação compensatória” surgiu no Brasil por volta da década de setenta inicialmente com a oferta de pré-escola às camadas populares e conseqüentemente se estendeu as demais séries do ensino brasileiro. A “educação compensatória”, segundo Soares, tinha como objetivo primordial:

“[...] oferecer às crianças das camadas populares uma ‘educação compensatória’, isto é, programas especiais que compensassem suas deficiências geradas pela ‘privação cultural’ de seu meio familiar e social, fornecendo-lhe aquilo que as outras crianças já trazem, naturalmente, para a escola, como resultado de suas condições materiais e culturais de vida (SOARES, 2000, p.01).”

Tendo como base essa explanação, sabe-se que a educação formal não atende igualmente à população de forma generalizada. Em virtude dessa realidade, pensou-se na ampliação da “educação compensatória” chegando até a criação de programas voltados para o preenchimento das lacunas e/ou falhas deixadas no Ensino Médio. Dentre esses programas está o PROVEST – Curso de Preparação Pré-Vestibular Solidário, com funcionamento no campus de Cajazeiras da Universidade Federal de Campina Grande.

O programa atende à classe menos prestigiada da cidade de Cajazeiras e cidades circunvizinhas. O PROVEST oferece desde a sua criação o número de 40 vagas (diurno) e 40 vagas (noturno) para alunos carentes, totalizando oitenta vagas destinadas a essa classe na sociedade. O processo seletivo ocorre mediante entrevista, só podendo participar do programa quem apresentar atestado de carência através da renda mensal familiar. Um outro ponto de destaque relacionado ao funcionamento do PROVEST é a indicação dos ministrantes, mediante a procura, sem contudo passar por uma espécie de avaliação e/ou teste. Sabe-se que os ministrantes recebem poucas instruções de como agir diante da clientela que apresenta, à princípio, sede de conhecimento, porém inexperiência no tocante a leitura e a escrita ao longo de sua vida, enquanto estudantes.

A importância da escrita e da leitura na formação dos educandos

O atual contexto de transformação em que a sociedade atravessa, além de cobrança nas capacidades cognitivas e técnicas do profissional, em qualquer campo do conhecimento, inclusive na educação, apresenta também uma cobrança atual em relação à postura, ao comportamento, entre outros, dos educadores.

É sabido que a tarefa de formação de professores proficientes passou a exigir um profissional especializado, com a incumbência de tornar a leitura algo agradável, crítico e contextualizado. É notório, portanto, a falta dessa qualificação, uma vez que os professores, mesmo no caso do PROVEST, não tiveram vivências de leitura e expressão crítica aguçada ao

longo de sua formação leitora. Isto se deve ao fato de serem alunos da Graduação Universitária que atuam como professores no projeto aqui especificado.

Pensando nessa perspectiva, sabemos que a escola não está suficientemente apta, ou não oferece condições ainda viáveis para a instauração mais concreta do espaço da leitura e da escrita como dado de fundamental importância para minimização de questões de desvalorização de ensino, segundo Nicola (2004, p.13) que “ler sem compreender é parar na etapa da decodificação do signo gráfico”.

Conclusão

Nesse sentido, é importante apresentar ao aluno uma multiplicidade de textos que envolvam diferentes respostas ao “por quê” e “para que” a prática de leitura se faz tão necessária. A formação do professor é fundamental, pois é ele quem lida com os alunos no seu dia-a-dia, sendo, portanto, quem melhor os conhece. É essencial que o professor tenha a consciência de que ler é necessário e importante. Só assim conseguirá criar em seus alunos o necessário gosto pela leitura.

Cabe salientar que é uma tarefa bastante árdua no tratamento dado à leitura e à escrita voltado mais especificamente para os alunos menos favorecidos, haja vista, estes não terem incentivos por parte da família, terem que trabalhar o dia inteiro e estudar à noite, são uma série de fatores que permeiam a questão voltada para formação dos educandos, em especial a grande massa da população.

Após alguns questionamentos no tocante a realidade das relações históricas de deficiência e competência no processamento da leitura fica evidenciado que a escola tem como objetivo encarar e aceitar as deficiências dos alunos tentando solucionar, na realidade, algumas barreiras no que se refere a leitura e a escrita dos menos favorecidos. Muito embora saibamos que essas deficiências são provenientes de uma série de fatores históricos do próprio sistema capitalista, uma vez que a escola deve estar preparada para lidar com tantas diferenças, o PROVEST é, ao nosso entender, um elemento de compensação para algumas deficiências evidentes no contato com os próprios alunos.

Do modo como relacionado ao ser humano de um modo geral, tendo como objetivo cumprir com sua parcela de participação na formação dos indivíduos, contribuindo dessa forma para o ingresso em universidades públicas.

Referências Bibliográficas

BACK, Eurico. Fracasso do ensino de português: proposta de solução. Petrópolis-RJ: Vozes Ltda, 1987.

DUBOIS, Jean (et.all.) Dicionário de lingüística. São Paulo: Cultrix, 2006.

MARTINS, Maria Helena (org.) Questões de linguagem. 6.ed. São Paulo: Ática, 2000.

NICOLA, José de; TERRA, Ernani. Português: de olho no mudo do trabalho. São Paulo: Scipione, 2004.

SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 17.ed. São Paulo: Ática, 2000.